
HÁ 20 ANOS...

*Paulo Paim**

Quando recebi o convite para escrever este artigo, fiz uma viagem a meu passado, visualizando os caminhos que percorri até chegar aos 20 anos da Constituição Cidadã. Voltei à minha infância em Caxias, em parte perdida para o trabalho em uma fábrica de vasos aos oito anos de idade. Na época, a legislação brasileira não previa a política de proteção integral da criança.

Lembrei também de meu tempo de estudante. Período em que fui líder estudantil e, como presidente dos Grêmios do Ginásio Noturno Alberto Pasqualini (ex Getúlio Vargas) e do Ginásio Estadual Santa Catarina, fui solidificando as bases políticas que me guiariam nos anos seguintes.

Vivíamos momentos tensos, de incertezas e de mudanças. Lutávamos contra a ditadura militar e por melhores condições de vida para nosso povo. Em 1978 fui trabalhar como metalúrgico em Canoas e lá ingressei no movimento sindical. Em 1981 fui eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da cidade.

Junto com os companheiros transformamos o sindicato em um dos mais atuantes do País, fortalecendo o movimento no Rio Grande do Sul. Em termos* físicos e estruturais também promovemos diversas mudanças. O sindicato de Canoas passou de um prédio de madeira, com as finanças indo de mal a pior, para uma sede de alvenaria de dois andares e conseguiu construir para seus filiados um ginásio esportivo, salas de aula e de recreação, além de uma colônia de férias, na praia de Mariluz. Naquela época, já defendia a ideia de que o trabalhador também deveria usufruir de momentos de lazer com sua família.

O ano seguinte, 1982, foi marcante. Fui eleito Coordenador-Geral da Central Estadual dos Trabalhadores (CET) e também indicado para representar o Rio Grande do Sul na Comissão Nacional pró-Central Única dos Trabalhadores (CUT). Recordo-me que, no dia 1º de maio, cerca de dez mil pessoas se reuniram no auditório Araújo Viana, em Porto Alegre,

* **PAULO PAIM** é Senador da República pelo Estado do Rio Grande do Sul. Preside no Senado Federal a Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

para protestar contra a ditadura, a política econômica e social vigente até então e para exigir a participação popular na formação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Já nesse período lutávamos por mais postos de trabalho e também por educação e saúde para todos. O desemprego era uma constante na vida dos brasileiros. A greve geral do dia 21 de julho de 1983 está fixada em minha memória. Foi nessa data que estivemos frente a frente com as forças de segurança. Vencemos e avançamos. Esse também foi o ano de fundação da CUT. O sonho dos trabalhadores estava se concretizando. Devo dizer que tenho imenso orgulho por ter sido eleito o primeiro Secretário-Geral da CUT Nacional.

Não podemos nos esquecer que a campanha “Diretas Já” (1984) fez crescer a esperança em meio a nossa gente. Desejava-se a rápida transição, ansiava-se pela abertura democrática. O Brasil viu o crescimento dos movimentos estudantis. Pouco a pouco estava conquistando o direito à liberdade de expressão e rumava ao exercício pleno da cidadania. Começavam-se a se desenhar as primeiras linhas do que viria a ser a Constituinte.

Em 1985, no Congresso Estadual dos Metalúrgicos fui, ao lado do então presidente da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos, Valdomiro Orso, indicado para representar o movimento na Constituinte. Orso abriu mão de sua candidatura e, assim, iniciei minha campanha. Vivenciava a consolidação de minha trajetória. Não estava vinculado a partido algum. No fim desse mesmo ano me filiei ao Partido dos Trabalhadores (PT) pela compatibilidade de ideologias. Então, dei início a uma campanha pobre, na qual os santinhos muitas vezes eram papéis de pão com meu nome escrito à mão. Foram muitas e muitas noites dormindo dentro do fusca do então candidato a deputado estadual Selvino Heck. Estacionávamos em postos de gasolina e comíamos frutas, pois o dinheiro era escasso.

Apesar disso, fui eleito com mais de 49 mil votos e segui para Brasília com o objetivo de defender os interesses dos trabalhadores brasileiros na elaboração da nova Carta Magna. Via, assim como os demais homens e mulheres que estavam comigo em Brasília, a elaboração da nova Constituição como marco político e jurídico. Afinal, o governo do País saía, após mais de duas décadas, das mãos do regime militar. Os brasileiros queriam mudanças.

Foi com esse espírito e movido pela mesma força que levava as pessoas às ruas que cheguei à Assembleia Constituinte, ansioso por estar fazendo parte, diretamente, da mudança que se pretendia. Com os pés na capital federal, o que me impulsionava era a certeza de que os trabalhadores brasileiros nos ajudariam a transformar o Brasil em uma ampla democracia. Nós, constituintes, buscávamos garantir o respeito à dignidade das pessoas, à justiça social e às relações humanas.

Logo que cheguei, a bancada do PT tinha de escolher um coordenador para defender e ampliar os direitos sociais. Os nomes indicados eram os do Lula, do Olívio Dutra e o meu. O Lula e o Olívio abriram mão de suas indicações e meu nome foi referendado por unanimidade. Sem dúvida, um grande gesto de meus companheiros.

Passsei a morar em um apartamento da Câmara dos Deputados, dividindo as despesas com nosso presidente Lula e com o ex-governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra. E assim começamos nossos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte.

Recordo-me da frase do presidente da Assembleia, o deputado Ulysses Guimarães: “Essa será a Constituição Cidadã porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros, segregados nos guetos da perseguição social. O povo nos mandou fazer a Constituição, não ter medo. Viva a vida que ela vai defender e semear”. No meu entendimento, tínhamos no Congresso Nacional e na Assembleia Constituinte uma verdadeira aquarela social, a qual daria um novo horizonte para o país.

Com esse espírito de melhorar a vida de cada um dos brasileiros os debates tiveram início. A sede por mudanças levou todos a mergulhar fundo nas análises das propostas a fim de buscar os melhores encaminhamentos. Foram dias e dias de discussões, muitas vezes acirradas, em que constantemente as questões político-partidárias eram deixadas de lado em prol dos interesses do país. Isso nos possibilitou avanços também no campo do idealismo.

Nesse contexto, uma das matérias que podemos citar é a que tratava do direito de greve. O acordo a que chegamos foi fruto da construção coletiva de constituintes como Mário Covas, Jarbas Passarinho, Lula, Ulisses Guimarães e tantos outros. Lembro que viajei com o deputado João Paulo Vasconcellos, mineiro de Monlevade, de teco-teco até Belo Horizonte para debatermos o tema com o senador Ronan Tito. O aviãozinho parecia que ia cair, mas voltamos felizes por termos conseguido atingir nosso objetivo.

Pedimos ao senador constituinte, Jarbas Passarinho, que fizesse a defesa do tema em plenário. Ele leu o texto e respondeu: “é um texto equilibrado, farei a defesa”. A matéria foi aprovada por unanimidade.

Sabia, e sei, que muitos dos que faziam parte da Assembleia Constituinte compartilhavam do mesmo pensamento: não bastava simplesmente apresentar propostas, era necessário ir além. Precisávamos apresentar as matérias e lutar por elas nas comissões internas. Tínhamos que enfrentar a reação dos conservadores, bem como controlar a redação das leis ordinárias e complementares, as quais traduzem em detalhes os grandes princípios da Constituição.

Naquele momento, as preocupações que tinha poderiam ser traduzidas por apenas uma: não adiantaria fazer uma bela e democrática Carta Magna se ela não fosse cumprida. Uma preocupação que continua atual. Por isso, sempre defendi a mobilização popular e de entidades organizadas como forma de pressionar para que os direitos expressos no texto constitucional e nas demais leis fossem, e sejam, postos em prática. O rufar dos tambores nas ruas tem de ser ouvido de forma permanente pelos Poderes Constituídos.

Foi por acreditar nisso que, em meu primeiro discurso como constituinte, pedi o fim do voto secreto em todas as instâncias do Congresso Nacional. Isso por considerá-lo característico dos regimes antidemocráticos. Ou seja, se estávamos lá para transformar o País em um país, de fato, democrático, nada melhor que a transparência. Como sabemos, a proposta não foi acatada. E, assim, continuo com esta briga, tentando aprovar a PEC 50/06.

No âmbito da Assembleia Constituinte, o Partido dos Trabalhadores (PT) apresentou mais de 40 propostas na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores. A redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, era ponto de convergência. Somente três países do mundo, Cingapura, Coreia do Sul e Costa Rica, ainda mantinham horário igual ou maior ao do Brasil, que na época era de 48 horas semanais. Chegamos às 44 horas e a luta pelas 40 continua.

Também eram bandeiras que defendi junto com o PT: o direito de greve; a garantia de liberdade e autonomia sindical; a garantia de uma Previdência digna que atendesse às necessidades dos trabalhadores do campo e da cidade, incluindo a aposentadoria integral; a implantação de sistemas de participação e controle da sociedade civil na administração pública em todos os níveis (federal, estadual e municipal); a instituição de um salário-desemprego que realmente beneficiasse os milhares de desempregados do País; uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores; um salário mínimo justo; o acesso a uma educação universal e de qualidade; a estabilidade no emprego, entre outras importantes garantias aos cidadãos brasileiros.

É importante lembrar que, durante os debates da Constituinte, apresentamos ainda a proposta do seguro desemprego, que era uma realidade na maioria dos países da América Latina. Aprovamos a proposta. Hoje ela é lei e cumpre papel importantíssimo junto aos trabalhadores desempregados. Para viabilizar esse seguro, criamos posteriormente o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

As questões trabalhistas marcaram minha trajetória. Sempre acreditei que o salário mínimo seria o maior distribuidor de renda do país. Na época da Constituinte, o Brasil não tinha uma moeda forte, a política macroeconômica sofria variações e a inflação atingia o

bolso do trabalhador. Por isso, já naquela época, defendia que o salário mínimo deveria crescer com base na inflação mais o dobro do PIB.

Sempre argumentei que a economia brasileira resistiria a ultrapassar a barreira dos US\$ 100. Usei, na época, o argumento do dólar porque, de acordo com a OIT, o Brasil, comparado com os demais países do mundo, era o que possuía um dos mais baixos salários e, é importante dizer, a moeda base para esse estudo havia sido o dólar. A história provou que eu estava com a razão. Hoje o salário mínimo se aproxima dos US\$ 300 e a economia e a geração de empregos vão muito bem, obrigado.

Ainda na área trabalhista, aprovamos o fim da mão-de-obra temporária, um verdadeiro câncer no meio da classe trabalhadora. Tínhamos de assegurar também a liberdade, a autonomia sindical. Foi o que fizemos. Lembro ainda que, mediante outro acordo envolvendo as Confederações e as Centrais Sindicais dos trabalhadores, o texto foi aprovado por unanimidade.

Em relação à segurança e à higiene no trabalho, as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS) estavam servindo muito mais para defender os interesses patronais que os dos trabalhadores. Nesse sentido, asseguramos o mesmo espírito de quando as CIPAs foram criadas. Deixamos bem claro que essas comissões de fábricas – que eram representadas pelos trabalhadores –, deveriam se preocupar com a segurança e higiene dos ambientes laborais e também com as eleições de seus representantes para todos os cargos, de suplentes ao presidente. Infelizmente a minha proposta para que o presidente fosse também eleito não passou na época. Apresentei o projeto aqui no Senado e já foi aprovado em todas as Comissões.

Defendíamos que índices de insalubridade e periculosidade fossem alterados para 50% sobre o salário real de cada trabalhador e não somente 10, 20 ou 40% sobre o salário mínimo. Entendíamos que a única forma de fazer com que o empresário aplicasse, de fato, em um novo método de combate à insalubridade e ao alto risco, era providenciar para que ele sentisse no bolso o percentual de 50% sobre o salário do empregado.

Olhando para trás considero que a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos cumpriu o seu papel na primeira etapa da Constituinte. Foram homens e mulheres que se somaram, não numa disputa partidária, mas sim com o objetivo único de resgatar a maior dívida que o Brasil tem com seu povo, ou seja, a dívida social.

Foram realizados debates com diversos setores da sociedade. A maioria dos integrantes entendeu que não dava mais para continuar com leis que exploravam cada vez mais os trabalhadores. Muitos foram aqueles que ficaram fiéis às reivindicações da classe.

Porém as discussões não ficaram apenas nesse campo. Muitos foram os debates que visavam o reconhecimento dos povos que construíram o País. Diversas foram as discussões sobre o futuro dos idosos, das crianças, dos jovens, dos negros, dos índios, das mulheres, das pessoas com deficiência, dos pobres, dos aposentados e de tantos outros que sofrem, de uma forma ou de outra, em razão do preconceito. A partir dessas discussões construímos o art. 5º da Constituição Federal, que trata dos direitos e garantias fundamentais.

Lembro, por exemplo, do dia em que da tribuna disse, para um plenário quase vazio, que esperava que a nova Constituição desse espaço para as questões do negro, dos índios, das mulheres, das crianças, dos idosos, da liberdade religiosa e da livre orientação sexual. Solicitei que fossem firmes no combate a práticas racistas, considerando a discriminação como crime inaceitável. Avançamos quando, por meio do inciso XLII, ficou determinado que toda prática racista passaria a ser crime inafiançável e imprescritível.

Na mesma linha, defendemos os direitos dos povos indígenas, cada vez mais deixados de lado por nossos governantes ao longo das décadas. Asseguramos a esses cidadãos, assim como aos remanescentes quilombolas, o direito à terra e à preservação e à valorização de suas culturas.

Recordo que, em 1988, as dificuldades dos idosos e os inúmeros casos de trabalhadores que ganhavam menos de meio salário mínimo eram parte de nossas conversas. As aposentadorias sofriam com a defasagem. E o tema estava sendo discutido no âmbito da Assembleia Constituinte.

Era injusto ver pessoas que empenharam sua força de trabalho por anos a fio, contribuindo para o desenvolvimento econômico da Nação, abandonadas à sua própria sorte. Já naquela época se falava no déficit previdenciário. Mito que perdura há duas décadas.

A minha experiência de vida me fazia perceber que não apenas os aposentados eram relegados à sua própria sorte. Os idosos também sofriam com o abandono, a violência e com a falta de políticas de amparo e proteção. Os constituintes entenderam que a responsabilidade por essas pessoas cabia não somente ao Estado, mas também à família e à sociedade.

Outro problema que enfrentávamos há 20 anos dizia respeito aos milhões de jovens que, a cada ano, saíam à procura de um ofício. Uma situação que estrangulava os níveis de emprego, ainda mais se levássemos em consideração que 50% da população economicamente ativa estava desempregada ou subempregada. Por isso defendi o ensino técnico, e hoje sou autor do Fundo Nacional de Ensino Profissionalizante, o Fundep (PEC 24/05), que destina recursos para serem investidos na área.

No que diz respeito à licença paternidade, lembro que o deputado Alceni Guerra foi incansável em sua defesa. Certa vez, enquanto discursava sobre esse importante direito, foi provocado. Muitos congressistas zombaram, porém, ao final da sua explanação, o plenário literalmente veio abaixo com assobios e aplausos. A concessão desse benefício foi uma inovação, já que antes nenhuma Constituição brasileira tratara do assunto.

Tive uma participação direta no capítulo dos Direitos Sociais onde, entre outras coisas, foram discutidos o salário mínimo e os direitos dos trabalhadores do campo e da cidade. Recordo que um dos debates mais contundentes foi o da reforma agrária. O tema era tabu nas discussões da Constituinte. Por várias vezes antes da votação tivemos a oportunidade de nos manifestar e sentir a forte reação à matéria.

Vem à minha memória o dia em que, na Esplanada dos Ministérios, um grupo de agricultores sem-terra levava uma faixa com a inscrição “Reforma agrária, o verdadeiro nome da paz”. Ela expressava a necessidade e a emergência da reforma agrária em nosso País.

Particpei ainda nos debates dos capítulos da Previdência Social; dos Servidores Públicos; e no capítulo da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso.

Antes da promulgação do texto constitucional, fizemos uma avaliação dos avanços e retrocessos dos trabalhos desenvolvidos. Os compromissos assumidos com o povo foram parcialmente resgatados.

É importante destacar também que, ao contrário do que dizem alguns, o PT assinou a Constituição. Divergimos em determinados pontos, que, a nosso ver, poderiam ter avançado mais, porém, não deixamos de assinar a Carta Magna, importante passo para o desenvolvimento do País e de todos os brasileiros.

Hoje

Os debates que iniciamos há 20 anos têm tido desdobramentos ao longo dessas duas décadas. Embora tenhamos aprovado uma Constituição rígida, muitas alterações foram implementadas, e outras tantas tramitam no Congresso Nacional.

Digo isso, porque quase todas as emendas à Constituição retiram direitos dos trabalhadores. Um exemplo que me vem à mente aconteceu no âmbito da Reforma do Judiciário, com a aprovação, em 2004, da Emenda nº 45, que prevê que, quando não há entendimento entre as entidades de empregados e empregadores, não é possível entrar com o dissídio coletivo. Um retrocesso. Para reverter isso apresentei a PEC 42/05, que retoma o texto original.

Outro assunto que está na pauta das discussões até hoje é o fim do voto secreto. Como citado anteriormente, desde que entrei no Congresso Nacional defendo que as votações sejam abertas; afinal, os homens e as mulheres que representam os brasileiros têm o dever de mostrar de que forma fazem essa defesa. Lamentavelmente, o apoio à defesa do voto aberto acontece em períodos de denúncias e escândalos. Muitos se dizem favoráveis ao tema, porém sua adoção não ocorreu ainda, pois a matéria não é colocada em votação. Acredito que, quando isso acontecer, estaremos provando, por meio de um processo transparente, quais parlamentares, de fato, defendem os interesses do povo.

Da promulgação da Constituição para cá, nota-se a necessidade de que os processos decisórios dos Poderes Constituídos precisam ser mais informais no que diz respeito à participação da vontade do povo. Ou seja, as decisões coletivas, os desejos do nosso povo, precisam ser mais valorizados. Não no sentido de termos uma ditadura popular, mas sim enfatizando uma nova ordem que venha privilegiar o pensamento dos movimentos sociais e populares. Sou amante da democracia. A história mostra que a democracia é como o canto dos pássaros, como a água e como o ar que respiramos. Ela se confunde com a palavra liberdade. Ninguém vive em harmonia sem ela.

Acredito que essa transformação passe por uma grande reforma no sistema político brasileiro. Como exemplo de algumas medidas a serem implementadas, podemos citar a inclusão de normas de fidelidade partidária, para que a representação popular no Parlamento traduza mais fielmente o voto conferido nas urnas e uma legislação eleitoral mais dura que garanta maior transparência no financiamento das campanhas.

Outro ponto ainda atual diz respeito à jornada de trabalho. Desde a Constituinte lutamos pela redução para 40 horas semanais, sem redução de salário. Na década de 80 alguns diziam que a redução da jornada causaria desemprego. E era exatamente o contrário. Argumentamos várias vezes que, com a redução de 48 para 44 horas semanais, teríamos o seguinte resultado: de cada cinco empregos, um a mais seria criado. Além de reativarmos o mercado interno, pois teríamos mais alguns milhões de trabalhadores recebendo e consumindo. Isso sem falar no aspecto social. Haveria ainda aumento de arrecadação nos cofres da Previdência, fundos para habitação e outros.

E esse é o discurso que mantemos hoje. A carga foi reduzida em quatro horas, e o País não quebrou por isso, é fato. Reduzir a jornada é reconhecer que o trabalhador também tem o direito de ficar mais tempo com seus familiares. A redução significa que o trabalhador terá mais lazer, mais oportunidades para estudar, para se preparar para conviver com o avanço tecnológico.

É ter sensibilidade para o próprio quadro internacional, no qual o Brasil tem uma das maiores cargas horárias e um dos menores salários mínimos. Em 1994, apresentei na Câmara dos Deputados o PL nº 4.653, que previa essa redução de jornada. A proposta engloba os empregados da atividade privada e pública, inclusive os rurais e as empregadas domésticas. Um ano depois, em parceria com o então deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE), apresentamos a PEC nº 231 com o mesmo objetivo.

Atualmente tramitam no Senado Federal duas propostas de minha autoria: a PEC nº 75/2003, que reduz a jornada para 36 horas, sem redução salarial; e o PLS nº 254/05, que institui o Pacto Empresarial para o Pleno Emprego (Pepe), que reduz das atuais 44 horas semanais para 36 horas, sendo a adesão voluntária por parte do empregador.

Fala-se neste País que é preciso distribuir melhor a renda, que é preciso maior desenvolvimento, maior produção, mas quando se propõe viabilizar essas propostas, o ritmo é lento, quase estático.

Sobre a insalubridade, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal (STF) editou a Súmula Vinculante nº 4, vedando a utilização do salário mínimo como indexador de base de cálculo para qualquer fim. Com base nessa decisão, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) alterou a sua Súmula 228 estabelecendo que, a partir de 9 de maio de 2008, o adicional de insalubridade deve ser calculado sobre o salário-base do trabalhador. Porém, segundo entendimento do STF, a Súmula do TST foi anulada e ficou determinado que é de competência exclusiva do poder Legislativo normatizar a matéria.

Diante dessa realidade, é importante que exista uma nova base de cálculo do adicional de insalubridade, que incidirá sobre o salário do trabalhador. Criou-se uma lacuna, pois ainda não há entendimento sobre como calcular o adicional. A fim de solucionar o impasse, apresentei o PLS nº 294/08, que prevê que o cálculo deverá ter por base o salário de cada trabalhador.

O projeto justifica-se pelo fato da onerosidade estimular o empregador a promover ações que visem a eliminação ou a neutralização de fatores físicos e químicos que trazem prejuízos à saúde do trabalhador.

A regulamentação do adicional de insalubridade é um exemplo vivo da possibilidade constitucional permitida pelo constituinte há 20 anos. O mesmo se pode falar das demais relações trabalhistas, como, por exemplo, o aviso-prévio, que ganhou, ao longo de sua edição, aspecto relevante na relação de trabalho.

Assim, é notória a importância de tal garantia nas relações contratuais, protegendo as partes de qualquer inconveniente surpresa que possa prejudicar o desenvolvimento dos objetivos assumidos por ambos.

Sua existência possui caráter social, cada qual assume o compromisso de pré-avisar a outra parte de sua intenção, em romper as tratativas contratuais com 30 dias de antecedência.

A nosso ver, outro caminho a ser tomado e que ainda é bastante polêmico é a reforma agrária. Na maioria dos países desenvolvidos isso foi feito. Distribuir terra e riqueza é mais desenvolvimento, mais consumo, mais empregos e mais alimentos. Toda a propriedade rural deve cumprir sua função social. Não há como ser diferente. Sem esta premissa não poderemos viabilizar qualquer projeto de reforma agrária.

Mas também é fundamental uma política agrícola condizente com o trabalho do nosso agricultor. Com preços justos, financiamentos da produção, assistência técnica e seguro agrícola, entre outras ações não menos importantes.

O salário mínimo, como sempre preguei, ultrapassou os US\$ 100 e foi além, hoje ele passa dos US\$ 300. Isso em razão da queda do câmbio, da valorização da moeda brasileira e da estabilização de nossa economia. Se olharmos para seis ou sete anos atrás, sem sombra de dúvidas o salário mínimo já dobrou o seu poder de compra. Apesar desses fatores, o salário mínimo ainda não alcançou um valor capaz de proporcionar às pessoas os direitos básicos. Por isso, continuo favorável à adoção de uma política permanente de reajuste do salário mínimo com base na inflação mais duas vezes o PIB do ano anterior, e que estenda o percentual às aposentadorias e pensões.

O governo atual apresentou posteriormente uma proposta nessa linha. Por ela, o mínimo passará a ser reajustado pela inflação mais o PIB a partir deste ano até 2023. A ação mostra que a tese que costumávamos defender, de que o salário mínimo tem influência – direta ou indireta –, na vida da maioria dos brasileiros, é verdade. Ao ganhar mais, o brasileiro passa a investir mais em si mesmo e em sua família. E assim preceitos constitucionais como moradia, saúde, lazer, cultura e tantos outros, vão ficando mais próximos, mais visíveis.

Defendo que os reajustes do salário mínimo sejam estendidos aos benefícios de aposentados e pensionistas, pois a situação dessas pessoas continua desesperadora. Desde a época em que elaborávamos a nova Constituição, esses cidadãos se vêm às voltas com o retorno ao mercado de trabalho, com o sustento de parentes, com a alta nos preços de alimentos, planos de saúde e de medicamentos, entre tantos outros fatores.

Por isso insisto que o governo federal deva incluir, na proposta de reajuste e valorização do mínimo, as aposentadorias e pensões. Não podemos continuar tendo reajustes diferenciados e muito abaixo, pois assim a situação não irá se alterar.

Além da equiparação de reajustes entre mínimo e benefícios de aposentadorias e pensões, é preciso recuperar as perdas sofridas ao longo de décadas por nossos aposentados. É inadmissível que uma pessoa que se aposentou com dez salários mínimos esteja recebendo hoje o equivalente a quatro ou menos. Se continuar assim, em breve todos aposentados brasileiros estarão recebendo apenas um salário mínimo. Para reverter essa situação, em 2003 apresentei no Senado Federal o PLS nº 58. No ano passado, aprovei também uma emenda ao PL nº 42/01. A ideia é assegurar para os aposentados e pensionistas o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo.

Outro ponto importante, e que precisa ser visto com carinho, é o fator previdenciário. Sua incidência, desde 1999, tem prejudicado em demasia os trabalhadores. As perdas no momento das aposentadorias são altíssimas. Mulheres podem ter cortes em suas aposentadorias de até 40% e homens, de até 35%. No ano passado, o Senado aprovou meu projeto que extingue o fator (PLS nº 296/03).

Ainda hoje há quem alegue a existência do déficit da previdência. Continuo com a mesma resposta: ele não existe. Se confrontarmos os dados, veremos que os recursos da Seguridade Social são frequentemente destinados para outros fins.

Um estudo elaborado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip) nos mostra que, durante os anos de 1999 e 2005, foram desviados R\$ 56 bilhões que, originalmente, deveriam ser destinados ao Orçamento da Seguridade Social.

Esse estudo da Anfip deixa claro que o Orçamento da Seguridade Social tem sido a grande fonte de recursos para socorrer orçamentos de órgãos dos Três Poderes da República, como também das três esferas de governo.

Outro levantamento da Associação nos mostra que o saldo da Seguridade Social em 2007 foi de R\$ 60,6 bilhões. Assim, em cerca de dez anos, mais de R\$100 bilhões foram destinados para outras áreas. Não é segredo para ninguém que o superávit da Seguridade é usado há décadas e décadas para cobrir o superávit primário.

A Seguridade Social vem apresentando superávit ao longo dos anos. É o que comprovam os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do Governo Federal. Indicadores esses que constam no site da Anfip.

Avançar é extinguir o fator previdenciário. Avançar é dar o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo aos aposentados e pensionistas. Mais que isso, é

aprovarmos a idade mínima a fim de que todos trabalhadores, sejam das áreas privada ou pública, tenham os mesmos direitos. Nesse sentido, apresentei a PEC nº 10/08, que prevê a idade mínima para o cálculo do benefício, acompanhando a tendência mundial.

Um avanço inegável foi a aprovação e a sanção do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03), de minha autoria. A Lei é a consagração de um direito que defendia enquanto constituinte e que hoje é fato, é real. Os idosos brasileiros passaram a ter mais orgulho de seus anos vividos e, com isso, os direitos têm sido mais cobrados. Ainda não alcançamos o ideal, mas estamos nos direcionando a ele.

A Constituição garante a proteção dos brasileiros desde a infância. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado dois anos após a promulgação da Constituição, surge como reconhecimento da complexa especificidade do ser humano no período de vida marcado pelos fenômenos de crescimento e desenvolvimento. Essa nova visão, fundada na evidência científica acumulada em todos os ramos de conhecimento pertinentes, permitiu a elaboração da doutrina jurídica que confere à criança o estatuto de cidadão.

E as mães, como ficam? A Constituição Federal prevê 120 dias para que as trabalhadoras gestantes possam ficar com seus bebês. Em setembro de 2008, a licença-maternidade foi prorrogada para seis meses, com base na adoção do programa “Empresa Cidadã”, o qual prevê incentivo fiscal às entidades empregadoras que optarem por fornecer uma licença maior a suas funcionárias gestantes. Tenho enorme orgulho de ter sido relator no Senado dessa matéria de autoria da senadora Patrícia Saboya Gomes, um inegável avanço.

Outra conquista da Constituinte, e que hoje está prestes a ser ampliada, é a licença-paternidade. Atualmente estipulada em cinco dias, poderá passar para 15. Uma medida adotada a tempo de refletir melhor sobre o papel do pai na formação da família brasileira, de forma especial no que concerne a sua participação e assistência ao filho recém-nascido ou ao adotado.

A licença-paternidade nos moldes vigentes, de apenas cinco dias, é insuficiente para que o pai possa contribuir com uma assistência mais efetiva ao filho e à mãe. O período de 15 dias, se não é o ideal, é um passo para estabelecer um vínculo seguro, de afeto e responsabilidade, com os filhos, principalmente em um momento em que a mãe pode se sentir fragilizada devido ao período de gravidez ou em consequência da recuperação pós-parto.

A evolução nos mostra também a importância do investimento em educação, que trará frutos tanto no campo social quanto no econômico. Atualmente a maioria dos jovens entre 16 e 24 anos está fora do mercado de trabalho, muitas vezes em decorrência da falta de

qualificação. Por isso defendo investimentos no ensino técnico profissionalizante por meio do Fundep.

O objetivo é proporcionar aos jovens brasileiros continuarem seus estudos e, ao mesmo tempo, já estarem inseridos no mercado de trabalho. A ideia é quebrar o ciclo de pobreza que coloca os filhos de nossos trabalhadores em postos menores. Nossa Constituição determina a igualdade de oportunidades, e é isso que queremos colocar em prática.

A educação merece atenção e, quando falo isso, refiro-me também aos educadores, afinal, eles precisam ter formas de exercer suas atividades plenamente. Neste ano foi aprovada e sancionada a Lei nº 11.738, que estabelece o piso de R\$ 950,00 para os professores cuja jornada de trabalho chegue a 40 horas semanais. A Lei determina que 1/3 da jornada – 33% da carga horária – será reservada para atividades extraclasse e que gratificações e abonos não podem ser computados na composição do piso. Um avanço esperado há muito por nossos educadores.

Ainda na seara educacional, um passo importante foi a sanção da Lei nº 11.645/08, que determina a inserção, nos currículos escolares de ensinos fundamental e médio, da disciplina História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. A efetivação daquilo que está disposto em nossa Constituição. É uma conquista importante, pois reconhece o papel de todos os atores na formação do povo brasileiro.

O Brasil é um país de grande magnitude, com um crescimento reconhecido mundialmente. Porém, o que nem todos sabem é que também somos a maior nação negra fora da África e que fomos o último país a libertar os escravos.

A abolição da escravidão foi muito esperada, porém a realidade mostra que ela foi inconclusa. Hoje, a maioria dos negros mora em favelas. De cada dez assassinados, oito são negros. Eles ainda ocupam postos de menor destaque e recebem salários mais baixos. Conforme pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a renda dos negros é 47% inferior à dos brancos. Dos trabalhadores sem carteira assinada, 55,4% são negros, e no serviço doméstico eles são 59,1%. O desemprego atinge os negros em 1 milhão a mais do que os brancos.

Os indicadores no caso da falta de acesso a água, esgoto e saneamento básico ainda favorecem a população branca. Na educação, idem: em 1976, 5% dos brancos tinham ensino superior aos 30 anos. Os negros só alcançaram esse número em 2006. Os heróis negros ou são desconhecidos, como acontece com os gênios da engenharia, os irmãos Rebouças, ou a cor da sua pele não é revelada, como Machado de Assis, Chiquinha Gonzaga e Aleijadinho.

Esses dados evidenciam a existência de preconceito e discriminação. Nossa Constituição garante que todos são iguais perante a lei. No entanto, ela fala sobre a igualdade formal. Na busca da igualdade material, apresentei o Estatuto da Igualdade Racial e a PEC nº 2/06, que cria o Fundo de Promoção da Igualdade Racial. Temos ainda o PL nº 73/99, da deputada Nice Lobão, que reserva 50% das vagas em universidades federais e estaduais para estudantes de escolas públicas, negros e indígenas.

Enquanto os direitos e as oportunidades não forem os mesmos para todos, é sinal de que algo ainda precisa ser feito. É necessário olhar com mais carinho para os problemas vivenciados pelos povos indígenas. Atualmente, uma das questões a serem enfrentadas é a demarcação de suas reservas. Ao tratar desse tema é preciso lembrar que as terras brasileiras já foram 100% indígenas. Também é importante termos em mente que todo e qualquer assunto relacionado à população indígena deve levar em consideração os demais aspectos que garantem a dignidade aos brasileiros.

Cidadania é o que todos buscam. Aqueles que estão à margem da sociedade têm feito, cada vez mais, com que suas vozes sejam ouvidas. Um exemplo que merece destaque são as pessoas com deficiência. As políticas públicas ainda precisam avançar. Vejo como um grande passo a aprovação pelo Senado do Estatuto da Pessoa com Deficiência, de minha autoria, e a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. É a primeira vez que uma Convenção da ONU é ratificada no Brasil com equivalência constitucional. O Estatuto e a Convenção darão ao País um arcabouço legal para a promoção da dignidade das pessoas com deficiência.

Sei que de 1988 para cá muito foi feito e muito ainda está por fazer. Não conquistamos o ideal, e há quem diga que esse ideal jamais será alcançado, pois a sua visão muda com os anos. Pode ser verdade. Porém, se não tivéssemos conquistado diversos pontos em nossa Constituição, as lutas que travamos hoje não estariam tendo campo para avançar.

Fazendo uma análise da história do País, vejo que mesmo que ainda falte a regulamentação de vários artigos, a Constituição Federal é a mais avançada de todas as que já tivemos. E cabe a nós, brasileiros, cobrar a efetiva aplicação da nossa Lei Maior.

Faz parte do processo político a divergência de ideias. O embate é necessário, pois apenas ele poderá alterar a forma de pensar e ver as coisas. Apenas ele nos fará avançar. Mas, nesse contexto, é importante se ter claro que propostas de emenda à Constituição devem vir para ampliar os direitos e não para suprimi-los, como tem ocorrido na maior parte das vezes. Ao invés de pensar em revisão constitucional, como defendem alguns, o melhor a se fazer é colocar em prática todos os artigos da Carta Magna. Concordo com mudanças pontuais.

Porém, até o momento, infelizmente, a maioria delas foram retrocessos em relação ao texto original.

Um País não pode admitir retrocessos. Por isso, continuo afirmando que é hora de ir às ruas e exigir o cumprimento dos direitos, de exigir a aprovação de políticas que beneficiem os brasileiros. O que desejamos é que os próximos 20 anos da Constituição somem mais avanços para todos. Esperamos que aqueles que, assim como eu, são eleitos para trabalhar por essas conquistas deixem de lado vaidades e objetivos pessoais ou de grupos dominantes e olhem mais para o conjunto da população. Apenas dessa forma estaremos exercendo nossa cidadania e, principalmente, construindo uma Nação mais solidária, igualitária e justa.

Reafirmo o compromisso que assumi desde o início de minha vida pública e, para tanto, deixo um pequeno poema que fiz, e ao qual chamei “Palavra de Honra”:

Palavra empenhada, não pode ser quebrada.
 Dói muito quando é negada,
 É como se perdêssemos a pessoa amada.
 A seriedade de um povo, de um governo,
 de qualquer poder constituído
 se mede pela palavra empenhada, acordada.
 É uma questão de responsabilidade, de seriedade.
 Quem quiser enganar a todos,
 faltando com a verdade,
 acabará afundando na própria lama por ela provocada.
 Pois a Lei da Vida é a da ação e reação.
 Você nunca consegue enganar a todos o tempo inteiro.
 Quem com ferro fere, com o ferro será ferido.
 Tombará sobre o prometido,
 da pátria será banido.

Entendo que Pátria somos todos. Por isso, como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado, coordeno também um projeto belíssimo, que se chama “Cantando as Diferenças” e que tem por objetivo dar palco a quem não tem palco.

Confesso a vocês que a Assembleia Nacional Constituinte foi para mim um momento mágico. Foi ele que pautou essa iniciativa e também uma outra, que lancei neste ano em que comemoramos os 20 anos da Constituinte, os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e também os 120 anos da Abolição Não Conclusa. Estou me referindo à campanha, que já lancei em mais de cem cidades, e que denomino “Preconceito e Discriminação Zero”.

É com esse espírito que quero terminar essa viagem que fiz no tempo refletindo o debate da Constituição Cidadã. Deixo com vocês o texto “Preconceito e Discriminação Zero”.

Um dos momentos mais bonitos da nossa caminhada no Senado da República está acontecendo agora com o lançamento da campanha “Preconceito, discriminação zero – o alvorecer de uma nova consciência”.

Precisamos unicamente, num esforço cotidiano de todos nós, habitantes do planeta Terra, modificar a nossa forma de pensar, agir e ver as coisas. Afinal, somos iguais perante os nossos iguais. O canto dos pássaros do Sul é o mesmo que embala o sono das crianças do Norte.

Ninguém é dono do Sol ou da Lua. Cabe a nós lutarmos com nossas vozes libertas para que aqueles que são discriminados e sofrem preconceitos de todas as espécies e formas tenham também o direito a ter direitos.

Não importa se a embarcação seja pequena e tenha remos quase inúteis e falquejados pelo tempo. Somos mais fortes que as águas revoltas dos mares e rios. O vento que corre pelos campos e pelas cidades é o nosso guia nesta luta.

Temos esperanças de que um dia as pessoas deixem de julgar as outras pela cor de suas peles, pelos seus cabelos, por suas religiões, sua orientação sexual, gênero, classe social, idade ou por terem algum tipo de deficiência.

Seria fabuloso se um dia todos entendêssemos que a raça é uma só: a humana. E que nós, humanos, temos, sim, as nossas diversidades e são elas que nos tornam tão especiais.

O que precisamos ver é que o país é um só e todas essas diferenças são o que o forma e o torna tão especial. Não governamos para uma minoria, mas, sim, para todos os brasileiros. Já disse várias vezes e tenho por convicção, por tudo aquilo que aprendi na vida, de que pátria somos todos.

No Congresso Nacional temos que aprovar matérias como os estatutos da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, dos Povos Indígenas, do PL 73/99, que trata da política de cotas, uma previdência universal que garanta o direito de uma aposentadoria decente para todos, entre outras.

A aprovação de projetos assim dará novo gás às esperanças dos brasileiros que hoje são vítimas de exclusão, preconceitos e discriminações. Vamos conclamar a todos para pressionarem, fazerem seus gritos, suas vozes serem escutadas desde o pampa gaúcho ao coração do Brasil – a nossa Amazônia.

A história nos mostra que as vozes daqueles que lutam por causas justas sempre ecoam através dos séculos. Estão aí Zumbi dos Palmares e Sepé Tiaraju. Que rufem os tambores dos séculos na mais bonita das sinfonias – a luta contra o preconceito e a favor da discriminação zero. Esse é o nosso horizonte.